



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

002. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

A nuvem

— Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira sem reclamar, sem protestar, sem espinafrar!

E meu amigo falou da água, telefone, *Light* em geral, carne, batata, transporte, custo de vida, buracos na rua etc. etc. Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido de razões. Mas que posso fazer? Até que tenho reclamado muito isto e aquilo. Mas se eu for ficar rezingando todo dia, estou roubado: quem é que vai aguentar me ler? Acho que o leitor gosta de ver suas queixas no jornal, mas em termos.

Além disso, a verdade não está apenas nos buracos das ruas e outras mazelas. Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? E ficaria demasiado feio eu confessar que há uma jovem gostando de mim? Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor maduro duram pouco. São caprichos de certa fase. Mas que importa? Esse carinho me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. Ele se irá como veio, leve nuvem solta na brisa, que se tinge um instante de púrpura sobre as cinzas de meu crepúsculo.

E olhem só que tipo de frase estou escrevendo! Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão – e seus tradicionais buracos.

(Rubem Braga. *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2011)

01. A partir da leitura da crônica, pode-se afirmar que o autor se recusa a reclamar da cidade por

- (A) discordar do amigo no que diz respeito à existência de buracos e ao custo de vida em geral que, na sua opinião, não são assim tão problemáticos quanto parecem.
- (B) acreditar que um escritor não deve abordar problemas cotidianos em suas crônicas, mas se concentrar em temas mais leves, como as amendoeiras e as nuvens.
- (C) temer que suas lamentações o tirem do estado de bom-humor em que se encontra atualmente devido a um apaixonamento por uma moça mais jovem do que ele.
- (D) considerar que os leitores não suportariam muitos textos com reclamações e por estar em um momento em sua vida pessoal em que se vê propenso a notar as coisas boas da cidade.
- (E) preferir falar de outros assuntos, como a moça que manifesta gostar dele e a respeito da qual ele nutre grandes expectativas românticas para um futuro próximo.

02. A respeito da maneira como o autor estabelece diálogos no interior da crônica, é correto afirmar que

- (A) o travessão no primeiro parágrafo introduz uma reclamação feita por um leitor que não aguenta mais ler nos jornais crônicas que tratam dos diversos problemas da cidade.
- (B) o trecho – Mas que posso fazer? –, no segundo parágrafo, é dirigido diretamente ao amigo mencionado e demonstra que o autor ficara contrariado com a crítica que recebera.
- (C) o autor, em – E olhem só que tipo de frase estou escrevendo! –, no último parágrafo, dirige-se diretamente aos leitores de sua crônica manifestando surpresa por aquilo que acabara de escrever.
- (D) a frase – Tome tenência, velho Braga. Deixe a nuvem, olhe para o chão –, no último parágrafo, é proferida pelo amigo do autor que o repreende por tratar de coisas abstratas em detrimento dos assuntos mais concretos.
- (E) o autor, em – Não é verdade que as amendoeiras neste inverno deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? –, no 3º parágrafo, introduz um diálogo com a jovem mencionada logo a seguir.

03. Assinale a alternativa em que o termo destacado foi empregado em sentido figurado.

- (A) Acho que o leitor gosta de ver suas **queixas** no jornal, mas em termos. (2º parágrafo)
- (B) Além disso, a **verdade** não está apenas nos buracos das ruas e outras mazelas. (3º parágrafo)
- (C) Ah, bem sei que esses encantamentos de moça por um senhor **maduro** duram pouco. (3º parágrafo)
- (D) São **caprichos** de certa fase. Mas que importa? (3º parágrafo)
- (E) Esse **carinho** me faz bem; eu o recebo terna e gravemente; sem melancolia, porque sem ilusão. (3º parágrafo)

04. Assinale a alternativa em que a expressão destacada é termo integrante da oração.

- (A) Fico admirado como é que você, morando nesta cidade, consegue escrever uma semana inteira **sem reclamar...** (1º parágrafo)
- (B) Meu amigo está, como dizem as pessoas exageradas, grávido **de razões**. (2º parágrafo)
- (C) Não é verdade que as amendoeiras **neste inverno** deram um show luxuoso de folhas vermelhas voando no ar? (3º parágrafo)
- (D) Tome tenência, **velho Braga**. (4º parágrafo)
- (E) Deixe a nuvem, olhe para o chão – **e seus tradicionais buracos**. (4º parágrafo)

05. No trecho – Esse caminho me faz **bem** ... – (3º parágrafo), o vocábulo destacado, no contexto em que se encontra, pertence à mesma classe de palavras que:
- (A) O homem está **atento** à sua cidade e sobre ela escreve.
 - (B) As reclamações que se pode ter da vida urbana são **muitas**.
 - (C) Sentir-se **desejado** por alguém é sentimento que empolga.
 - (D) A adolescência é marcada por vontades **passageiras**.
 - (E) O jornalista falou **baixo** com o amigo que respondia gritando.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 06 a 09.

A discriminação no uso de serviços de saúde ocorre em situações nas quais o indivíduo percebe que foi tratado com hostilidade, constrangimento, injustiça, desconfiança, rejeição, pena ou ostracismo pelo profissional de saúde ou prestador de serviço, devido a atributos individuais como idade, cor da pele, sexo, aparência física ou outras características. Os atos discriminatórios podem ocorrer de forma esporádica ou sistemática, nas interações sociais de curta ou longa duração, por meio da evitação do contato físico, da recusa do tratamento, de práticas negligentes ou de ações violentas.

Em 2013, dados da Pesquisa Nacional de Saúde revelaram que ao menos um em cada dez brasileiros adultos já havia se sentido discriminado nos serviços de saúde por algum médico ou outro profissional de saúde, e a falta de dinheiro (5,7%) e a classe social (5,6%) são os motivos reportados com maior frequência. Entre os indivíduos com 50 anos e mais, resultados do Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros revelaram prevalência de 11% nos relatos de discriminação no uso de serviços de saúde em 2015. Além disso, os autores também evidenciaram que os serviços de saúde foram apontados como o local onde as experiências discriminatórias ocorreram mais frequentemente em comparação com outros contextos.

As práticas discriminatórias são evidenciadas na forma como os profissionais de saúde se comunicam e se comportam, como tomam decisões e na qualidade do cuidado que ofertam. Essas experiências podem gerar falta de confiança no sistema de saúde para o usuário e criar barreiras de acesso que culminam em insatisfação, falhas no tratamento, declínio na qualidade de vida e morte prematura. Para aqueles com condições crônicas, situação comum entre adultos mais velhos, o medo antecipado de vivenciar uma nova experiência discriminatória no uso de serviços de saúde pode reduzir drasticamente a interação com o sistema de saúde e com os provedores de serviço, prejudicando a promoção da saúde e o manejo dessas e outras condições.

(Braga; Vaz; Silva; Machado; Friche. *Discriminação percebida por adultos mais velhos no uso de serviços de saúde: uma revisão integrativa*. Ciênc. saúde coletiva 28, Jan 2023).

06. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que a discriminação no serviço público de saúde
- (A) é motivada na maioria das vezes por racismo ou preconceito em razão de idade e é mais grave quando ocorre de maneira sistemática.
 - (B) pode trazer danos significativos à saúde e à vida das vítimas, visto que é capaz de estabelecer uma barreira de acesso ao sistema de saúde.
 - (C) atinge igualmente indivíduos de todas as idades, mas é maior entre aqueles de classe social mais baixa.
 - (D) ocorre na maioria das vezes na forma de negligência por parte de profissionais médicos.
 - (E) prejudica especialmente pacientes com condições crônicas, as quais demandam maior cuidado por parte dos profissionais de saúde.
07. Assinale a alternativa em que o trecho está corretamente reescrito entre parênteses, mantendo a concordância e a correlação verbal.
- (A) ... a falta de dinheiro e a classe social são os motivos reportados com maior frequência (... reporta-se com maior frequência os motivos de falta de dinheiro e classe social).
 - (B) ... os serviços de saúde foram apontados como os locais onde as experiências discriminatórias ocorreram mais frequentemente (... apontam-se os serviços de saúde como os locais onde as experiências discriminatórias ocorreram mais frequentemente).
 - (C) As práticas discriminatórias são evidenciadas na forma como os profissionais de saúde se comunicam... (Evidenciam-se as práticas discriminatórias na forma como os profissionais de saúde se comunicam...).
 - (D) ... o medo antecipado ... pode reduzir drasticamente a interação com o sistema de saúde (... a interação com o sistema de saúde pode ser reduzido pelo medo antecipado).
 - (E) Essas experiências podem gerar falta de confiança no sistema de saúde... (Falta de confiança no sistema de saúde podem ser geradas por essas experiências...).
08. Na frase, – Em 2013, dados da Pesquisa Nacional de Saúde revelaram **que ao menos um em cada dez brasileiros adultos já havia se sentido discriminado** nos serviços de saúde..., – o trecho em destaque pode ser substituído, de acordo com a norma-padrão de concordância verbal, por
- (A) que ao menos um em cada dez brasileiros adultos já tinham se sentido discriminados.
 - (B) que ao menos 10% dos brasileiros adultos já havia se sentido discriminado.
 - (C) que ao menos um décimo, entre os brasileiros adultos, já haviam se sentido discriminados.
 - (D) que, a cada dez brasileiros adultos, ao menos um já tinha se sentido discriminado.
 - (E) que, entre dez brasileiros adultos, ao menos um já tinham se sentido discriminados.

09. Assinale a alternativa que apresenta informação correta sobre o trecho do texto, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) A expressão destacada em – A discriminação no uso de serviços de saúde ocorre em situações **nas quais** o indivíduo percebe que foi tratado com hostilidade ... – (1º parágrafo) pode ser substituída por “que”.
- (B) O trecho – ... devido a atributos individuais como idade ... – (1º parágrafo) pode ser substituído por “devido às características individuais como idade”.
- (C) A vírgula em – Além disso, os autores também evidenciaram que os serviços de saúde ... –, (2º parágrafo) isola uma expressão explicativa.
- (D) O vocábulo destacado em – ... criar barreiras de acesso **que** culminam em insatisfação, falhas no tratamento, declínio na qualidade de vida e morte prematura ... – (3º parágrafo) pode ser substituído por “onde”.
- (E) O trecho – ... prejudicando a promoção da saúde e o manejo dessas e outras condições ... – (3º parágrafo) pode ser substituído por “acarretando prejuízos à promoção da saúde e ao manejo dessas e outras condições...”

10. Assinale a alternativa que está de acordo com a norma-padrão de colocação pronominal.

- (A) Sabe-se que os idosos fazem um uso mais frequente do sistema de saúde, dada a condição física dessa etapa da vida.
- (B) Atualmente, ainda verificam-se casos de discriminação em função de cor da pele ou gênero nos serviços públicos.
- (C) Jamais pode-se julgar uma pessoa em razão de sua crença, de sua cor, de sua classe social ou de sua sexualidade.
- (D) Os pesquisadores têm dedicado-se a estudar estratégias de diminuição da discriminação social.
- (E) A discriminação de pessoas idosas é um problema que deve-se enfrentar principalmente no sistema de saúde.

11. Em uma ação judicial, um advogado precisa informar o valor da média aritmética simples das 5 últimas contribuições previdenciárias de seu cliente, que foram de R\$ 350,00, R\$ 375,00, R\$ 360,00, R\$ 345,00 e R\$ 355,00. Feito corretamente o cálculo solicitado, o advogado informará o valor de

- (A) R\$ 358,00.
- (B) R\$ 357,00.
- (C) R\$ 356,00.
- (D) R\$ 355,00.
- (E) R\$ 354,00.

Para responder às questões de números 12 e 13, considere a seguinte situação:

Um relógio está com defeito e atrasa 5 segundos a cada 36 horas.

12. Certo dia, o referido relógio foi acertado. Então, transcorridos 240 dias a partir do dia em que foi acertado, o atraso apresentado pelo relógio corresponderá a

- (A) 3 minutos e 20 segundos.
- (B) 13 minutos e 20 segundos.
- (C) 23 minutos e 20 segundos.
- (D) 33 minutos e 20 segundos.
- (E) 43 minutos e 20 segundos.

13. Um outro relógio também está com defeito e atrasa 4 segundos a cada 48 horas. Então, a partir de certo momento em que ambos os relógios foram acertados, é correto afirmar que a diferença entre os horários indicados por eles será igual a 20 segundos assim que forem transcorridos

- (A) 7 dias.
- (B) 10 dias.
- (C) 12 dias.
- (D) 14 dias.
- (E) 15 dias.

14. A política do departamento de tecnologia de certo órgão previdenciário determina que, por questões de segurança, as senhas de acesso aos sistemas devem ser trocadas da seguinte forma: a senha de acesso ao sistema operacional, a cada 10 dias; a senha de acesso ao e-mail corporativo, a cada 5 semanas; e a senha de acesso ao sistema de gestão previdenciária, a cada 14 dias. No dia 31.12.2021, Sérgio trocou as 3 referidas senhas. Então, supondo que Sérgio seguirá rigorosamente as determinações do departamento de tecnologia do órgão, é correto afirmar que, durante todo o ano de 2022, o número de vezes em que Sérgio terá trocado as 3 referidas senhas em um mesmo dia é igual a

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 6.
- (D) 5.
- (E) 4.

15. Cássia possui um carro *flex* (movido a etanol ou a gasolina). No etanol, o rendimento do carro é de 9 quilômetros por litro de combustível, e na gasolina, o rendimento do carro é de 12 quilômetros por litro de combustível. Em um posto onde o etanol está sendo vendido a R\$ 4,00 o litro, e a gasolina, a R\$ 5,50 o litro, Cássia irá abastecer o correspondente a R\$ 88,00, com um único tipo de combustível. Ao fazer as contas, comparando as quilômetros que percorreria com as quantidades de etanol e de gasolina que abasteceria, Cássia conclui corretamente que é mais vantajoso abastecer seu veículo com

- (A) etanol, pois percorrerá 6 quilômetros a mais do que percorreria com a quantidade de gasolina que teria abastecido.
- (B) etanol, pois percorrerá 8 quilômetros a mais do que percorreria com a quantidade de gasolina que teria abastecido.
- (C) etanol, pois percorrerá 10 quilômetros a mais do que percorreria com a quantidade de gasolina que teria abastecido.
- (D) gasolina, pois percorrerá 6 quilômetros a mais do que percorreria com a quantidade de etanol que teria abastecido.
- (E) gasolina, pois percorrerá 8 quilômetros a mais do que percorreria com a quantidade de etanol que teria abastecido.

16. Certo tributo municipal sofreu, em dezembro de 2020, um aumento de 5% em relação ao seu valor original, e em dezembro de 2022, sofreu um aumento de 8% em relação ao valor vigente desde dezembro de 2020. Então, em relação ao seu valor original, é correto afirmar que o valor do tributo vigente a partir de dezembro de 2022 corresponde a um aumento de
- (A) 13%.
 - (B) 13,2%.
 - (C) 13,4%.
 - (D) 13,6%.
 - (E) 13,8%.
17. O projeto para uma sala de departamento, em forma retangular, previa, inicialmente, as medidas de 4 metros para o comprimento e de 3 metros para a largura. Todavia, verificou-se a necessidade de adequação do projeto, para aumentar a área da sala inicialmente projetada em 25%. Para que isso ocorresse, no novo projeto, o comprimento da sala foi aumentado em x metros, e a medida da largura foi preservada, mantendo-se, com isso, a forma retangular. Atendidas essas condições, é correto afirmar que, de acordo com o novo projeto, o perímetro da sala será de
- (A) 16 metros.
 - (B) 16,5 metros.
 - (C) 17 metros.
 - (D) 17,5 metros.
 - (E) 18 metros.

18. Tem-se o seguinte conteúdo da pasta C:\Temp\Controle em um computador com Microsoft Windows 10, sendo exibido no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão.

Nome	Data de modificação	Tipo
Apresentações	11/12/2022 14:17	Pasta de arquivos
Contrato	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Documentos	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Financeiro	22/01/2023 20:35	Pasta de arquivos
Tarefas.txt	22/01/2023 20:35	Documento de Te...

Considerando que a pasta Apresentações está vazia, um usuário executou as seguintes ações.

- I. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Contrato e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.
- II. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Documentos e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.
- III. Clicou com o botão primário do mouse sobre a pasta Financeiro e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.
- IV. Clicou com o botão primário do mouse sobre o arquivo Tarefas.txt e, sem soltar o botão do mouse, arrastou a seleção sobre a pasta Apresentações.

Considerando que todas as ações foram executadas com sucesso, assinale a alternativa com o resultado correto, sobre o conteúdo da pasta Apresentações.

- (A) Apresentações
 Contrato
 Documentos
 Financeiro
 Tarefas.txt
- (B) Apresentações
 Contrato
 Documentos
 Financeiro
 Tarefas.txt
- (C) Apresentações
 Contrato
 Documentos
 Financeiro
 Tarefas.txt
- (D) Apresentações
 Contrato
 Documentos
 Financeiro
 Tarefas.txt
- (E) Apresentações
 Contrato
 Tarefas.txt
 Documentos
 Financeiro

19. Em um documento, criado no Microsoft Word 2016, em sua configuração padrão, um usuário clicou nos ícones com negrito, itálico e sublinhado, e digitou uma palavra. Em seguida, com o cursor do mouse no final dessa palavra, o usuário clicou no ícone negrito e depois no ícone sublinhado. A próxima palavra a ser digitada estará formatada como

- (A) Negrito, apenas.
 (B) Sublinhado, apenas.
 (C) Negrito e sublinhado, apenas.
 (D) Negrito, itálico e sublinhado.
 (E) Itálico, apenas.

20. Um usuário inseriu a fórmula =SE(MAIOR(A1:C2;3)>10;"OK";"NOK") na célula A5, e o resultado foi OK. Assinale a alternativa que apresenta a planilha que produz esse resultado.

(A)

	A	B	C
1	1	20	5
2	15	9	8

(B)

	A	B	C
1	3	1	5
2	5	1	2

(C)

	A	B	C
1	10	9	11
2	8	11	10

(D)

	A	B	C
1	16	17	5
2	13	5	8

(E)

	A	B	C
1	10	10	10
2	10	10	10

LEGISLAÇÃO

- 21.** De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 10, de 30 de Junho de 2004, o Diretor Presidente da CAMPREV
- (A) deverá ser nomeado pelo Prefeito Municipal, ter pelo menos 35 anos, formação acadêmica na área de Direito ou Contabilidade e ter título de mestrado.
 - (B) caso entre em férias, assumirá interina e cumulativamente o Diretor Financeiro, percebendo exclusivamente os vencimentos do cargo de origem.
 - (C) não pode ser servidor inativo, deve ter pelo menos 50 anos e formação acadêmica preferencialmente em Administração, Economia ou Contabilidade.
 - (D) deverá supervisionar o setor de compras, almoxarifado e patrimônio do CAMPREV, através de controles e chapeamento de bens.
 - (E) será nomeado dentre os servidores participantes, da administração direta, suas autarquias e fundações públicas, através de eleição direta e secreta.
- 22.** Considere que José é membro titular do Conselho Municipal de Previdência Social do Município de Campinas e foi indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal. Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Complementar Municipal nº 10, de 30 de Junho de 2004, é correto afirmar que José
- (A) receberá uma remuneração mensal equivalente ao salário-mínimo por integrar o Conselho, e mais uma gratificação por cada reunião de que participar.
 - (B) deverá participar das reuniões ordinárias, que acontecem duas vezes por mês, e das extraordinárias, desde que seja convocado com antecedência de 48 horas.
 - (C) perderá o mandato se faltar a mais de 2 reuniões consecutivas ou 4 alternadas, sem justa causa.
 - (D) deverá obrigatoriamente apresentar atestado médico sempre que faltar a uma reunião, sob pena de perda do mandato.
 - (E) terá mandato com a duração de 4 anos, permitida a sua recondução por uma única vez.
- 23.** De acordo com a Lei nº 58 de 09 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a criação de cargos do Instituto de Previdência Social do Município de Campinas – CAMPREV, a Presidência contém uma das seguintes unidades:
- (A) Setor de Compras, Contratos, Convênios e Patrimônio.
 - (B) Coordenadoria Setorial de Benefícios Previdenciários.
 - (C) Assessoria de Comunicação Social.
 - (D) Setor de Gestão de Pessoas, Protocolo e Serviços Auxiliares.
 - (E) Setor de Atendimento, Análises e Concessão de Benefícios.
- 24.** Considere que Luana é servidora pública do Município de Campinas e há 35 dias consecutivos não comparece no serviço. Contatada pelo seu superior hierárquico, Luana limitou-se a informar que estava bem de saúde, que tinha viajado a lazer para o interior de Minas Gerais e que não sabia quando retornaria para o trabalho. Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas, é correto afirmar que
- (A) se configura abandono do cargo e o Chefe da Repartição onde Luana exerce suas atividades promoverá a publicação do Edital de chamamento, pelo prazo de 20 dias.
 - (B) o abandono do cargo por parte de Luana apenas se configurará quando ela ficar ausente do serviço, sem justa causa, por mais de 45 dias consecutivos.
 - (C) Luana praticou falta grave, punida com pena de suspensão, que não excederá a 120 dias.
 - (D) Luana deverá ser demitida, mas o decreto de demissão não poderá mencionar a causa da penalidade.
 - (E) o Chefe da Repartição é a autoridade competente para aplicar a pena de suspensão, sendo vedada a conversão de tal pena em multa.
- 25.** A respeito da Organização do Estado, com base na Constituição Federal, é correto afirmar que
- (A) executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras é de competência comum da União e dos Estados.
 - (B) as terras devolutas não compreendidas entre as da União incluem-se entre os bens dos Estados.
 - (C) os Territórios Federais integram a União, e sua transformação em Estado, diferentemente de sua criação, será regulada por decreto do Chefe do Executivo.
 - (D) legislar sobre a seguridade social é competência concorrente da União e dos Estados.
 - (E) são reservadas aos Municípios as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A questão social ganha centralidade no Serviço Social, na medida em que ela fornece os elos que conectam a profissão com a dinâmica societária, em seu movimento histórico. Em sua mediação com a profissão, a questão social é a base de sua institucionalização; constitui-se em fundamento para o trabalho do assistente social a partir da leitura crítica das requisições sócio-históricas dirigidas à profissão na sociedade capitalista. É também base explicativa e analítica do desenvolvimento das políticas sociais nesse contexto socioeconômico e na elucidação do significado social da profissão no processo de
- (A) suspensão do modelo vigente.
 - (B) mudança do *status quo*.
 - (C) transformação societária.
 - (D) reprodução das relações sociais.
 - (E) alternância das classes sociais.
27. Os termos risco e vulnerabilidade social foram introduzidos na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), tendo como referência as características e a responsabilização do usuário pela sua condição, reduzindo a competência do Estado na garantia de acesso à política pública, de caráter universal. No entanto, a própria PNAS faz o contraponto a esse entendimento na medida em que é uma política de proteção social que, sob a primazia da responsabilidade do Estado, destina-se à população em situação de vulnerabilidade e risco social decorrentes da pobreza, do não acesso às políticas e
- (A) do individualismo humano.
 - (B) da desestruturação familiar.
 - (C) da desigualdade social.
 - (D) da baixa autoestima.
 - (E) do declínio de valores.
28. Nos diversos países, os vários Sistemas de Seguridade Social geralmente são classificados pelo nível de responsabilidade estatal em garantir o bem-estar dos seus cidadãos ou pelo número de políticas sociais que os compõem. No caso brasileiro, esse Sistema reúne as Políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social. Realizando-se de forma integrada às políticas setoriais, a Assistência Social promove a universalização dos direitos sociais, com o objetivo de tornar o destinatário da ação assistencial
- (A) referência para estudos futuros.
 - (B) alcançável pelas demais políticas públicas.
 - (C) independente da tutela familiar.
 - (D) valorizado em suas potencialidades subjetivas.
 - (E) contemplado em razão de mérito.
29. A partir do pressuposto de que as necessidades sociais são diversas e complexas, exigindo respostas públicas diferenciadas, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como um novo ordenamento da política de assistência social, configurou a Proteção Social em duas modalidades – Básica e Especial. A Proteção Especial de Alta Complexidade atende a famílias e indivíduos que se encontram sem referência ou sob ameaça, por meio da oferta de assistência integral. Refere-se a serviços mais especializados, por garantir a proteção social de assistência social em situações de risco pessoal e social, entre os quais o Serviço
- (A) Especializado em Abordagem Social.
 - (B) de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
 - (C) Especial para População em situação de rua.
 - (D) de Proteção e Atendimento Integral à Família.
 - (E) de Acolhimento em República.
30. A territorialização é um dos princípios orientadores da gestão da Assistência Social por reconhecer a presença de múltiplos fatores sociais e econômicos no território, que levam o indivíduo e a família às situações de vulnerabilidade social. Tendo como base as demandas concretas que incidem nos diferentes territórios, bem como suas potencialidades, é fundamental compreender como a rede socioassistencial está ali constituída, evidenciando-se a estrutura e a oferta de serviços disponíveis. Nessa perspectiva, a operacionalização da PNAS em rede, baseada no território, constitui um dos caminhos para superar práticas historicamente pautadas na
- (A) capilaridade dos serviços.
 - (B) agregação das demandas.
 - (C) descentralização operacional.
 - (D) focalização em segmentos.
 - (E) estrutura pré-estabelecida.
31. A Política Nacional de Assistência Social apresenta a matricialidade sociofamiliar como uma das diretrizes estruturantes da gestão do SUAS. Como resultado, tem-se a necessidade de se conhecer, em profundidade, as famílias às quais estão direcionadas as ações do SUAS, uma vez considerada a multiplicidade de configurações e suas formas de convivência. Identificar no que as famílias se igualam e no que se diferenciam é um dos desafios que se apresenta para os serviços, cuja responsabilidade é implementar as políticas sociais por meio da estruturação de ações que sejam
- (A) efetivas e eficazes.
 - (B) factíveis e compensatórias.
 - (C) seletivas e reconhecidas.
 - (D) urgentes e adequadas.
 - (E) segmentadas e uniformes.

- 32.** As pessoas idosas constituem um grupo populacional cada vez maior, composto por aquelas que vivem sós ou com doenças degenerativas e incapacitantes que as impedem de exercer os seus direitos e, sobretudo, as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O exercício profissional com pessoas idosas demanda a reflexão técnica e o aprofundamento dos melhores princípios que fundamentam seu trabalho, tendo em vista o bem estar desse segmento da população. Nesse sentido, é correto afirmar que a intervenção do Serviço Social, fundamentada no seu projeto ético-político profissional, está associada ao potencial de cidadania, entendido como participação do indivíduo e dos grupos, enquanto membros
- (A) dedicados à avaliação do tema.
 - (B) oponentes à causa.
 - (C) de pleno direito na sociedade.
 - (D) em condições genéricas.
 - (E) centralizadores do saber.
- 33.** A lógica de funcionamento do capitalismo, fundamentada na elevação da produtividade do trabalho, tem como um dos efeitos imediatos a exclusão de um considerável contingente populacional. Assim, a presença de pessoas em situação de rua, além de ser um fenômeno histórico, constitui-se como uma questão global, inerente à condição de pobreza e a seu lugar na ordem social contemporânea. Nesse sentido, é correto afirmar tratar-se de um aspecto, que, na sociedade capitalista, é de natureza
- (A) casual.
 - (B) estrutural.
 - (C) circunstancial.
 - (D) potencializadora.
 - (E) natural.
- 34.** Atividades laborais prejudicam o desenvolvimento físico, psíquico e social de crianças e adolescentes, que devem ter garantidos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, em condições de liberdade e de dignidade. Essa nova perspectiva do trabalho infantil é resultado dos questionamentos de concepções que definiam não só políticas e legislações, como os discursos de senso comum. Foi preciso a mobilização da sociedade e profundas alterações na legislação social para se chegar na implementação de ações governamentais e da sociedade civil voltadas para a sua erradicação e para a
- (A) tipificação desse tipo de atividade.
 - (B) regulamentação contratual de crianças.
 - (C) extinção de postos de trabalho juvenil.
 - (D) compensação pecuniária a esse segmento.
 - (E) proteção ao trabalho do adolescente.
- 35.** No contexto do enfrentamento da violência sexual tornou-se evidente a necessidade da promoção de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes nessa situação. No âmbito da Assistência Social, no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) o atendimento é centrado na família, por meio da acolhida, das abordagens multiprofissional, psicossocial e jurídica, do acompanhamento individual e grupal e de atividades que promovam o desenvolvimento da convivência familiar e comunitária. Trata-se do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) que, compondo a rede socioassistencial e articulado às políticas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, desenvolve ações articuladas de acordo com um /uma
- (A) Plano de Acompanhamento Individual ou Familiar.
 - (B) Protocolo de Atenção às Vítimas de Violência.
 - (C) Projeto de Inclusão Sociofamiliar.
 - (D) Programa Particular de Atendimento Emergencial.
 - (E) Norma Técnica de âmbito geral.
- 36.** As políticas de transferência de renda e os benefícios de prestação continuada passaram a se constituir em escolhas do poder público quando as políticas sociais começam a considerar a pobreza também como questão social e coletiva. No âmbito do SUAS optou-se pela gestão integrada dos serviços, benefícios e transferências de renda. Quanto ao descumprimento de condicionalidades nas transferências de renda, o SUAS prevê que constituem situações reveladoras do alto grau de vulnerabilidades dos beneficiários e, no que se refere ao atendimento e acompanhamento integrado pelos serviços, orienta que especialmente essas famílias sejam
- (A) recuperadas.
 - (B) priorizadas.
 - (C) tipificadas.
 - (D) reestruturadas.
 - (E) incentivadas.
- 37.** A Lei nº 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, define três tipos de internações psiquiátricas: a voluntária, a involuntária e a compulsória. A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta. Define ainda (art. 8º, § 2º) que seu término se dará quando estabelecido pelo especialista responsável pelo tratamento ou por
- (A) vontade expressa do próprio paciente.
 - (B) decisão de autoridade judiciária.
 - (C) avaliação técnica da equipe multiprofissional.
 - (D) solicitação escrita do familiar ou responsável legal.
 - (E) tratamento em comunidade terapêutica.

- 38.** A Resolução CFESS nº 992, de 22/03/2022, estabelece normas sobre atos e condutas discriminatórias e/ou preconceituosas contra pessoas com deficiência no exercício profissional do/a assistente social. De acordo com o artigo 5º da citada Resolução, ao/à colega que, no exercício profissional, seja conivente ou que pratique ato ou conduta discriminatória e/ou preconceituosa contra pessoa com deficiência, o assistente social tem, nos termos do Código de Ética, o dever de denunciá-lo/a
- (A) ao Conselho Regional de Serviço Social.
 - (B) à autoridade policial.
 - (C) ao Órgão Gestor da Assistência Social.
 - (D) ao Ministério Público.
 - (E) ao Conselho da Pessoa com Deficiência.
- 39.** O contexto institucional, atravessado por tensões, impõe ao assistente social uma competência autorizada e permitida pela organização, derivada de suas normas e burocracia. Inversamente, o desafio de transformar espaços de trabalho, especialmente os estatais, em espaços de fato públicos, requisita do assistente social a capacidade de decifrar os processos sociais e estabelecer estratégias de ação para enfrentá-los, demandando uma competência
- (A) neutra.
 - (B) crítica.
 - (C) contraditória.
 - (D) proativa.
 - (E) flexível.
- 40.** De acordo com a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), o auxílio-inclusão é destinado à pessoa com deficiência moderada ou grave que, recebendo o Benefício de Prestação Continuada (BPC), passe a exercer atividade remunerada e se enquadre como segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social ou como filiada a regime próprio, vinculado a algum dos entes federativos. Em relação ao BPC, o artigo 26-B (§ 1º) da LOAS define que, ao requerer o auxílio-inclusão, o beneficiário
- (A) solicitará sua sobreposição.
 - (B) manifestará seu interesse.
 - (C) autorizará sua suspensão.
 - (D) comprovará sua elegibilidade.
 - (E) justificará sua complementação.
- 41.** A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) rege-se por princípios e diretrizes baseadas na Constituição Federal de 1988 e na LOAS. Suas ações são organizadas sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Por sua vez, o SUAS organiza os elementos de execução da política de assistência social, por meio da normatização dos padrões de funcionamento, da nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial, da definição de indicadores de avaliação e resultado; organizando, ainda, os eixos estruturantes desse Sistema, entre os quais
- (A) o controle social.
 - (B) a vigilância assistencial.
 - (C) a transparência pública.
 - (D) a defesa institucional.
 - (E) o pacto federativo.
- 42.** O SUAS é executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil. O financiamento da Assistência Social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos três entes federados. É condição para os repasses de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os fundos das respectivas instâncias: a elaboração do Plano de Assistência Social e a efetiva instituição e funcionamento do Conselho e do Fundo, com alocação em orçamento de
- (A) aportes financeiros empresariais.
 - (B) contribuições de pessoas físicas.
 - (C) subsídios adicionais e suplementares.
 - (D) percentuais de fontes fiscais.
 - (E) recursos próprios do tesouro.
- 43.** O Pacto de Aprimoramento é o instrumento pelo qual se materializam as metas e as prioridades nacionais no âmbito do SUAS, de cujo processo de acompanhamento derivam ações que objetivam a resolução de dificuldades encontradas, o aprimoramento e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. De acordo com o artigo 41 (§1º) da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), esse processo adota como instrumento o Plano de Apoio, que contém as ações de acompanhamento, assessoramento técnico e financeiro prestadas de acordo com as metas estabelecidas
- (A) em Resoluções do CNAS.
 - (B) na Tipificação Nacional de Serviços.
 - (C) no Plano de Providências.
 - (D) nas Orientações Gerais.
 - (E) em Protocolos da Gestão.

44. O exercício da ética, no âmbito da atuação do assistente social, parte do princípio de que todos os seres humanos têm uma dimensão ética que implica o respeito, a tolerância e a aceitação do ser humano. É um processo que exige conhecimento e reflexão, entendido como confrontação potencializadora e prospectiva, que respeita o compromisso na construção e defesa de uma biografia individual e coletiva. Nessa perspectiva, o Código de Ética do Assistente Social destaca a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e do compromisso com o constante aprimoramento
- (A) moral.
 - (B) subjetivo.
 - (C) hegemônico.
 - (D) intelectual.
 - (E) pragmático.
45. Em se tratando da ética profissional, compete ao assistente social refletir sobre os valores que sustentam sua intervenção, o significado desses valores para si, bem como os efeitos em suas ações e as consequências que podem produzir. Fruto da construção do coletivo da categoria, o Código de Ética do Assistente Social tem explicitado um conjunto de princípios fundamentais que direcionam o exercício profissional. Constitui-se um desses princípios o posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua
- (A) formulação ideal.
 - (B) gestão democrática.
 - (C) atenção genérica.
 - (D) expansão segmentada.
 - (E) prestação compensatória.
46. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais desse segmento. Determina essa Lei que a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. Conforme o artigo 5º (parágrafo único), para os fins da proteção mencionada, a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência, são considerados especialmente
- (A) aptos.
 - (B) sensíveis.
 - (C) interessados.
 - (D) potentes.
 - (E) vulneráveis.
47. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o impacto social esperado em relação ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas é de que contribua para a prevenção de situações de risco social, tais como o isolamento, a violência e violações de direitos e para a redução de abrigamento institucional. Ainda de acordo com a Tipificação, a forma de acesso ao Serviço é por meio de encaminhamentos realizados pelos CRAS ou pela equipe técnica de referência da
- (A) Proteção Social Básica.
 - (B) Vigilância Socioassistencial.
 - (C) Estratégia Saúde da Família.
 - (D) Proteção Social Especial.
 - (E) Central de Triagem.
48. Os entes federados têm o dever de atuarem de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) em seu artigo 70-A (IX) define, como uma dessas ações, a promoção e a realização de campanhas educativas direcionadas ao público escolar e à sociedade em geral e a difusão dessa Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, incluídos os canais existentes de
- (A) atuação.
 - (B) abrigamento.
 - (C) denúncia.
 - (D) voluntariado.
 - (E) adoção.

49. Os determinantes biológicos do ciclo natural de vida, expressos em idades cronológicas, são tomados como generalizadores do modo de envelhecer. Assim é explicado o envelhecimento, independentemente das condições de existência em determinado tipo de sociedade, do modo como as pessoas idosas vivem e da dialética da trajetória individual e social. Entretanto, a Lei nº 10.741/2003 traz implícita a noção de envelhecimento como processo, histórico e social, cujo entendimento envolve aspectos cronológicos, biológicos, mas também psicológicos e sociais. Considera o envelhecimento como um direito personalíssimo e define um amplo elenco de direitos fundamentais ao/à idoso/a, inerentes à pessoa humana, sem prejuízo

- (A) de seus interesses pessoais.
- (B) dos benefícios que dispõem.
- (C) da sua efetiva contribuição.
- (D) da sua proteção integral.
- (E) de sua experiência estratégica.

50. Tendo em vista o melhor atendimento socioeducativo ao adolescente autor de ato infracional, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) procura articular os três níveis de governo, levando em consideração a intersetorialidade e a corresponsabilidade entre o Estado, a família e a sociedade. Na etapa de execução da medida socioeducativa, o SINASE prevê a participação de entidade de atendimento que, de acordo com o artigo 1º (§ 5º) da Lei nº 12.594/2012, é pessoa jurídica de direito público ou privado que instala e mantém a unidade e os recursos humanos e materiais necessários ao desenvolvimento de

- (A) ações complementares.
- (B) programas de atendimento.
- (C) competências relacionais.
- (D) projetos especiais.
- (E) iniciativas desenvolvimentistas.

